É contínuo, que desempenhará também as funções de oficial de diligências.

§ único. Nas suas faltas ou impedimentos, o presidente será substituído pelo sub-director da polícia de investigação criminal de Lisboa, ou pelo juiz adjunto da mesma polícia que o respectivo director designar, e os assessores pelo comandante da polícia de segurança pública de Lisboa, ou por quem as suas vezes fizer.

Art. 2.º É restabelecido, com a seguinte redacção, o artigo 64.º do citado decreto n.º 20:282:

Artigo 64.º O juiz presidente poderá requisitar a todas as autoridades judiciais e administrativas ou policiais as diligências necessárias para a instrução e julgamento dos processos.

Art. 3.º A aplicação das penalidades do artigo 251.º do Código Penal, aos infractores incursos nas disposições dos artigos 32.º e 56.º do decreto-lei n.º 20:282, é da competência exclusiva dos tribunais criminais ordinários.

§ único. As penalidades impostas pelo tribunal colectivo criado pelo artigo 51.º do decreto-lei n.º 20:282 serão executadas pelo inspector geral, ouvido o Ministério Público.

Art. 4.º A I. G. S. F. G. A. serão fornecidos, pelo comando da polícia de segurança pública de Lisboa, quatro guardas, dos quais um desempenhará as funções de contínuo do tribunal, nos termos do artigo 74.º do decreto n.º 20:282, e os restantes serão destinados ao serviço da inspecção.

Art. 5.º O presidente do tribunal colectivo criado pelo artigo 51.º do decreto-lei n.º 20:282 é o juiz de direito que até a data tem desempenhado as funções de juiz auditor do referido tribunal, com a remuneração que o Ministro do Interior lhe fixou para este último cargo.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 2 de Junho de 1932. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 21:337

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É reforçada com a quantia de 800.000\$ a verba de 2:880.000\$ inscrita no capítulo 1.º «Gabinete do Ministro», classe «Pagamento de serviços», artigo 9.º «Diversos serviços», n.º 1) «Despesas imprevistas de

ordem pública, de carácter reservado», do orçamento do Ministério do Interior decretado para o ano económico de 1931-1932.

Art. 2.º No orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações decretado para o ano económico de 1931-1932 é anulada a quantia de 800.000\$, conforme a discriminação constante do mapa junto, que faz parte integrante do presente decreto e baixa assinado pelos Ministros do Interior, das Finanças e do Comércio e Comunicações.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Junho de 1932. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

Mapa das importâncias que se anulam no orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações decretado para o ano económico de 1931-1932, de harmonia com o disposto no artigo 2.º do decreto com força de lei n.º 21:337, desta data:

CAPÍTULO 2.º

Secretaria Geral do Ministério e Serviços de Obras Públicas

Secretaria geral

Despesas com o pessoal:

Artigo 8.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei	150.000\$00
2) Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros	30.000\$00

Conselho Superior de Obras Públicas

Despesas com o pessoal:

Artigo 19.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

Pessoal dos quadros aprovados por lei	100.000\$00

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos

Despesas com o pessoal:

Artigo 31.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei	70.000\$00
2) Pessoal de nomeação vitalícia além dos quadros	15.000\$00
3) Pessoal contratado	18.000\$00

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despesas com o pessoal:

Artigo 50.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei	200.000\$00

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral das Indústrias

Despesas com o pessoal:

Artigo 62.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 100.000\$00

CAPÍTULO 7.º

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Despesas com o pessoal:

Artigo 87.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 20.000\$00

CAPÍTULO 8.º

Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Despesas com o pessoal:

Artigo 103.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 97.000\$00

Total 800.000\$00

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1932.— O Ministro do Interior, *Mário Pais de Sousa* — O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar* — O Ministro do Comércio e Comunicações, *João Antunes Guimarães*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

1.ª Repartição

Portaria n.º 7:359

Tendo sido fixado em dois, pelo mapa anexo ao Estatuto Judiciário (decreto n.º 15:344, de 10 de Abril de 1928), o número de lugares de oficiais de diligências do 2.º juízo criminal da comarca do Pôrto, e tendo sido recentemente aposentado o oficial de diligências do primeiro officio do mesmo juízo, Rufino Correia da Silva Lima: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça e dos Cultos, nos termos do § único do artigo 284.º e artigo 4.º das disposições transitórias do Estatuto Judiciário, que passe para o primeiro officio do 2.º juízo criminal da comarca do Pôrto o official de diligências do terceiro officio do mesmo juízo, Inácio Rodrigues da Monta; que fique desde já extinto o lugar de official de diligências desse terceiro officio, e que, emquanto ali existirem três escrivães, seja o serviço de todos os cartórios pertencente aos officiais de diligências distribuído igualmente pelos dois officiais que ficam subsistindo, conforme determinação do juiz de direito.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1932.— O Ministro da Justiça e dos Cultos, *José de Almeida Eusébio*.

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 21:338

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Mi-

nistros de todas as Repartições: hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Às dotações abaixo designadas, constantes do orçamento do Ministério da Justiça e dos Cultos para o actual ano económico e respeitantes à Administração e Inspeção Geral das Prisões, são adicionadas as importâncias que respectivamente lhes vão indicadas:

Artigo 103.º — Ajudas de custo	2.000\$00
Artigo 106.º, n.º 2) — Diversas despesas, etc.	1.000\$00
Artigo 107.º — Despesas de higiene, saúde e conforto	500\$00
	<hr/>
	3.500\$00

Art. 2.º No mesmo orçamento e nos artigos a seguir designados são feitas as seguintes anulações:

Artigo 106.º, n.º 1) — Impressos	1.500\$00
Artigo 182.º — Sustento de presos nas cadeias comarcas	2.000\$00
	<hr/>
	3.500\$00

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 9 de Junho de 1932.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira* — *Mário Pais de Sousa* — *José de Almeida Eusébio* — *António de Oliveira Salazar* — *António Lopes Mateus* — *Luiz António de Magalhães Correia* — *Fernando Augusto Branco* — *João Antunes Guimarães* — *Gustavo Cordeiro Ramos* — *Henrique Linhares de Lima*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Comando Geral da Armada

Repartição do Pessoal

Portaria n.º 7:360

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que o torpedeiro *Lis* passe ao estado de completo armamento, com a lotação estabelecida na portaria n.º 7:066, de 7 de Abril de 1931.

Paços do Governo da República, 9 de Junho de 1932.— O Ministro da Marinha, *Luiz António de Magalhães Correia*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Para os devidos efeitos se declara que S. Ex.ª o Ministro da Marinha autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico de 1931-1932:

Por despacho de 1 de Junho de 1932:

CAPITULO 1.º

Gabinete do Ministro

Artigo 3.º — Outras despesas com o pessoal:

Do n.º 2) «Fardamento ao pessoal menor» para o n.º 1) «Ajudas de custo (decretos n.ºs 9:799 e 14:358)»	1.000\$00
--	-----------